

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

GEYCE HELLEN XAVIER APOLINÁRIO

**REDES SOCIAIS E REFÚGIO: A TRAJETÓRIA DE MULHERES VENEZUELANAS NA
PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2020

Geyce Hellen Xavier Apolinário

**REDES SOCIAIS E REFÚGIO: A TRAJETÓRIA DE MULHERES
VENEZUELANAS NA PARAÍBA**

*Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como
parte das exigências para obtenção do título de
graduada em Terapia Ocupacional.*

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Prado Pereira

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

A643r Apolinario, Geyce Hellen Xavier.

Redes sociais e Refúgio: A trajetória de mulheres
venezuelanas na Paraíba / Geyce Hellen Xavier
Apolinario. - João Pessoa, 2020.

48 f. : il.

Orientação: Beatriz Prado Pereira.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCS.

1. Rede Social. 2. Refugiados. 3. Terapia Ocupacional
Social. 4. Mulheres. I. Pereira, Beatriz Prado. II.
Título.

UFPB/BC

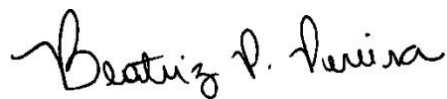
GEYCE HELLEN XAVIER APOLINÁRIO

REDES SOCIAIS E REFÚGIO: A TRAJETÓRIA DE MULHERES VENEZUELANAS
NA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado em: 25/03/2020

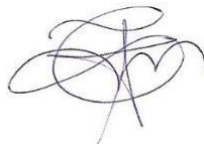
COMISSÃO EXAMINADORA



Beatriz Prado Pereira
Professora Orientadora
Universidade Federal da Paraíba



Tara Falleiros Braga
Universidade Federal da Paraíba



Gustavo Artur Monzeli
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho a todas as venezuelanas que mostraram força, resistência, coragem e resiliência nesse processo de refúgio. Também a todos que auxiliaram na construção deste trabalho, sobretudo à minha família e amigos que estiveram presentes ao longo da minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha vida, pelas bênçãos para que eu chegasse até aqui, por me dar oportunidades de encontros que me moldaram pessoal e profissionalmente.

À toda minha família, que depositaram toda confiança e todo amor apoiando de várias maneiras nessa jornada, sobretudo minha Mãe Neide e meu Pai Gerson, por todo apoio, paciência, compreensão e por ter lutado comigo ao longo da graduação e da vida.

A meu irmão Jefferson que sempre foi meu parceiro e confidente, mostrando-me que não é preciso estar ao lado fisicamente para contribuir e apoiar na realização deste trabalho.

À Alice, que me ensinou a lutar e ressignificar a vida lutando contra um câncer com apenas quatro anos, me garantindo que desistir nunca será uma opção.

A Rodrigo que me sempre ofereceu afeto e estendeu a mão no curso deste trabalho, compreendendo-me e dando forças para concluí-lo.

Agradeço também a três amigas, Alexsandra, Caroline e Laís que foram suporte durante toda minha graduação, que desde o início transmitiram paz, força e companheirismo.

A todos os meus colegas de turma, que me ajudaram em vários momentos e uniram forças para apoiar-me nesta pesquisa.

Aos encontros e parcerias que a Universidade me proporcionou dentro e fora da mesma, pelo ensino, pesquisa e extensão. Por poder retornar de alguma maneira à comunidade o poder transformador social que a Universidade e a Terapia Ocupacional têm.

Não posso deixar de agradecer a uma das pessoas que mais admiro na Terapia Ocupacional, minha orientadora Beatriz Prado Pereira, que com todo seu cuidado, paciência, conselhos e ensinamentos esteve sempre disposta não só na realização deste trabalho, mas em todo meu processo de formação.

A professora Iara Falleiros e o professor Gustavo Monzeli componentes da banca examinadora, que contribuíram na construção e elaboração do trabalho.

As mulheres venezuelanas entrevistadas, que me apresentaram toda sua essência, compartilhando sua vida e revelando as suas potencialidades, coragem e força.

A Casa do Imigrante, sobretudo ao Arivaldo, que mediu e auxiliou na busca pelas mulheres e se mostra sempre prontos para apoiar a pesquisa.

A todos os meus amigos que me abraçaram, muitos mesmo de longe, acreditaram em mim e acolheram todas as minhas demandas, buscando sempre se fortalecer os vínculos e encontros.

Por fim, agradeço a todos, inclusive a mim, que lutam por essa população, muitas vezes invisível, que não mede esforços para continuar na busca por um mundo menos desigual.

Mulher da Vida/ Minha irmã/ De todos os tempos/ De todos os povos/ De todas as latitudes/ Ela vem do fundo imemorial das idades/ E carrega a carga pesada/ Dos mais torpes sinônimos/ Apelidos e ápodos: Mulher da zona/ Mulher da rua/ Mulher perdida/ Mulher à-toa/ Mulher da Vida, minha irmã/ Pisadas, espezinhadas, ameaçadas/ Desprotegidas e exploradas/ Ignoradas da Lei, da justiça e do direito (Cora Coralina, para o ano internacional da mulher, 1975).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS

CONARE – COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Solicitações de refúgio recebidos de venezuelanos (2011 a 2018).....	4
FIGURA 2 - Quantitativo de solicitações de refúgio por país em 2018.....	5

RESUMO

A população venezuelana encontra-se obrigada a sair de seu país, pois não conseguem garantir a seus familiares acesso aos cuidados mais básicos de saúde e alimentação de forma adequada, necessitando de refúgio, apoio e assistência humanitária nos países que se destinam. As mulheres nesta condição estão entre os mais afetados, por sofrer vários tipos de discriminação. Tanto no âmbito nacional quanto internacional, a proteção aos direitos humanos tem se mostrado insuficiente para os refugiados, especialmente para quem está estigmatizada por dois fatores: Ser mulher e Refugiada. Sendo assim, a presente pesquisa buscou compreender como se configuram as redes sociais de mulheres refugiadas oriundas da Venezuela, através de um estudo qualitativo, que utilizou como coleta de dados a entrevista semiestruturada baseada na história oral e de vida de cinco mulheres que chegaram à Paraíba através do programa de interiorização proposto pelo Governo Federal. Os resultados permitiram perceber os impactos que a situação de refúgio e a fragilização nas relações causaram nesse grupo populacional por meio de um recorte de gênero. Foi possível perceber ao identificar a composição das redes sociais que, para este grupo, a configuração da mesma torna-se fragilizada, pois os processos de vulnerabilidades, violências e fragilidade de vínculos, impactam diretamente em suas relações interpessoais, com o ambiente e o trabalho.

Palavras-chave: Rede social. Refugiados. Terapia Ocupacional Social. Mulheres

RESUMEN

La población venezolana se ve obligada a abandonar su país, ya que no pueden garantizar a sus familiares el acceso a la atención médica y alimentos más básicos de manera adecuada, ya que necesitan refugio, apoyo y asistencia humanitaria en los países a los que están destinados. Las mujeres en esta condición se encuentran entre las más afectadas, ya que sufren diversos tipos de discriminación. Tanto a nivel nacional como internacional, la protección de los derechos humanos ha demostrado ser insuficiente para los refugiados, especialmente para aquellos que están estigmatizados por dos factores: ser mujer y refugiada. Por lo tanto, esta investigación buscó comprender cómo se configuran las redes sociales de las mujeres refugiadas de Venezuela, a través de un estudio cualitativo, que utilizó como recopilación de datos la entrevista semiestructurada basada en la historia oral y la vida de cinco mujeres que llegaron a Paraíba a través del programa de interiorización propuesto por el Gobierno Federal. Los resultados permitieron percibir los impactos que la situación de los refugiados y la fragilidad en las relaciones causaron en este grupo de población a través de un recorte de género. Al identificar la composición de las redes sociales, fue posible percibir que, para este grupo, su configuración se debilita porque los procesos de vulnerabilidad, violencia y fragilidad de los vínculos impactan directamente en sus relaciones interpersonales, con el espacio y el trabajo.

Palabras clave: Redes sociales. Refugiados. Terapia Ocupacional Social. Mujeres

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO	1
2.	PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS	9
3.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
3.1.	TRAJETÓRIA DE VIDA E REFÚGIO	12
3.2.	GÊNERO E TRABALHO: SER MULHER E REFUGIADA	16
3.3.	COTIDIANO E REDE SOCIAL DE SUPORTE: POTENCIALIDADES E ENTRAVES	21
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31
	ANEXO I	34
	ANEXO II	36

1 INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

Alguns dos assuntos mais abordados no cenário atual no mundo e no Brasil são o aumento do fluxo migratório, o deslocamento forçado de refugiados e as problemáticas que surgem em torno essa população, sobretudo das mulheres, por serem um grupo mais suscetível aos vários tipos de violências e discriminações. A desigualdade social, a violência, a opressão e as múltiplas vulnerabilidades ocasionaram um aumento expressivo de refugiados no cenário mundial, inclusive no Brasil, com o foco nos venezuelanos, como aponta o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ¹.

Para compreender esse contexto faz-se necessário analisar como se deu (e ainda se dá) a crise política, econômica e social na Venezuela e quais impactos causados na vida dessa população. À situação atual soma-se as crises históricas do país. A Venezuela é um país com grandes reservas petrolíferas, além disso, de acordo com Niegray (2018), cerca de 90% da exportação do país é advinda do petróleo, com enorme dependência dos Estados Unidos da América – EUA, que causou um prejuízo e um forte bloqueio econômico no país devido às sanções impostas pelo governo estadunidense. O mesmo autor argumenta ainda que, no ano de 2009, ocorreu um decaimento gradual nos preços dos barris de petróleo e como consequência disso, houve também a queda na exportação. Porém o petróleo continuava sendo o principal produto de exportação do país.

Para Roa (2018) as condições na Venezuela se complicaram rapidamente, seu estudo retrata que, em 2015, o nível de pobreza chegou a 33,1 % alcançando um terço da população, no ano seguinte essa porcentagem chegou a 82%. De acordo com a autora, no que tange a conjuntura social do país, além do aumento dos níveis de pobreza, houve volatilidade na economia, aumento dos conflitos sociais e também elevada taxa de homicídios. Ou seja, devido às problemáticas geopolíticas e interesses internacionais, a atual conjuntura econômica e social do país é marcada por fome, escassez generalizada, expressivo aumento da inflação, criminalidade e miséria, consequentemente o aumento de protestos e repressões tornaram-se recorrentes.

A crise na Venezuela é encarada pelo ACNUR como a segunda maior do mundo, ficando atrás apenas da Síria. A população venezuelana encontra-se obrigada a sair de seu país, pois grande parte não consegue garantir acesso aos cuidados básicos como saúde e

¹ Órgão das Nações Unidas que protege e oferece assistência às pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas em todo o mundo.

alimentação, enfrentando assim adversidades que afetam negativamente seus modos de vida, assim necessitam de refúgio, apoio e assistência humanitária nos países de destino.

Torna-se fundamental entender a diferença entre o conceito de “migração” e de “refúgio”. É possível, conforme Schwinn e Costa (2017), caracterizar a migração como um movimento de um território a outro, cruzando fronteiras administrativas e/ou políticas, na intenção de se estabelecer em um lugar distinto de sua nação de maneira temporal ou indefinida.

Em relação à discussão sobre refúgio, em 1951, ocorreu a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, em Genebra na Suíça, que mencionou os refugiados como pessoas que estão fora de seu país por temer a perseguição, violência e diversos conflitos. São reconhecidos como refugiados os sujeitos que não conseguem retornar ao país de origem pelo risco que vivenciam. A principal diferença entre migrantes e refugiados se dá pelo motivo que eles se deslocam, à medida que os refugiados se deslocam motivados a fugir de perseguições e guerra, os migrantes saem para buscar melhores condições de vida, geralmente por vontade própria (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Segundo o ACNUR (2019) as disposições da Convenção de 1951 permanecem estabelecendo um padrão internacional para o julgamento de medidas de proteção para os refugiados. A disposição mais importante está no Artigo 33 que trata sobre o princípio de *non-refoulement* que significa “não repulsão” (tradução nossa). Conforme este princípio, os refugiados não podem ser “devolvidos” ao país de origem, determinando a responsabilidade do país de destino para assegurar a proteção desse grupo.

Com efeito, o Brasil foi o primeiro país do cone sul a ratificar a Convenção de 1951 e a sancionar uma lei nacional que tratasse do tema – a Lei n. 9.474 de 22 de julho de 1997, que define os mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências, como a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (WALDELY; VIRGENS; ALMEIDA, 2014, p. 120).

A Lei de Refúgio brasileira, de número 9474/1997, define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e assegura o acolhimento de qualquer sujeito que solicite refúgio, a partir do momento em que chega ao Brasil. Criou-se então o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva, no âmbito do na época intitulado Ministério da Justiça, responsável por analisar os pedidos de refúgio e

realizar o reconhecimento da condição de refugiado, bem como por coordenar as ações que se faz necessárias para uma eficaz proteção e assistência aos refugiados.

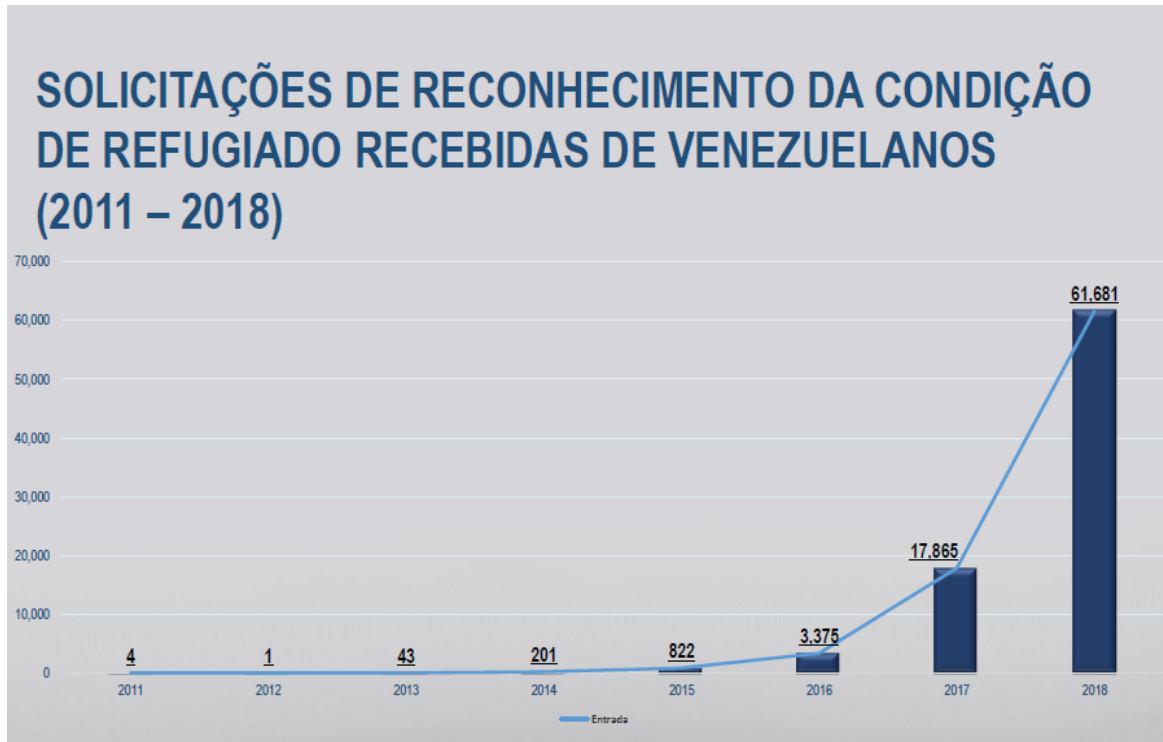
A aprovação do pedido de refúgio é dada pelo CONARE, entretanto, as pessoas que não conseguirem o status de refugiados podem ter consequências importantes para suas vidas, para tanto, o artigo XIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece o direito de todo ser humano vítima de perseguição se beneficiar de refúgio em outros países.

No âmbito político e jurídico, a nova Lei de Migração – Lei nº 13.445 – sancionada em maio de 2017 - tem sido alvo de debates, seu efeito revoga o Estatuto do Estrangeiro que coloca o imigrante como uma ameaça à segurança nacional, com isso, o objetivo da nova lei seria acabar com alguns preceitos discriminatórios. A garantia de viver em condição de igualdade, a inviolabilidade dos direitos fundamentais e acesso aos serviços públicos, bem como inclusão social, laboral e produtiva por meio de políticas públicas está entre os princípios e garantias da Lei da Migração.

Há ainda debates acerca da neutralidade da nova lei em relação ao gênero, esta não inclui as mulheres como um grupo vulnerável e que necessita de demandas próprias. A lei penaliza as mulheres migrantes por não reconhecer sua vulnerabilidade específica, a linguagem da lei é neutra diz Moreira (2018).

Em um panorama mundial segundo o relatório do ACNUR, no fim de 2018 aproximadamente 70,8 milhões de pessoas foram obrigadas a deixar seus locais de origem por diversos tipos de conflitos. Das pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil em 2018, 66 % são do gênero masculino e 34% do gênero feminino. O CONARE (2019) relata que até dezembro de 2018 foram realizadas 85.438 solicitações de reconhecimento da condição de refugiados da Venezuela no Brasil, 81% dessas solicitações foram apresentadas no estado de Roraima. Com isso, constata-se através das figuras abaixo, que 2018, demandou um maior número de solicitações de refúgio.

Figura 1 – Solicitações de Refúgio recebidos de Venezuelanos (2011 a 2018).

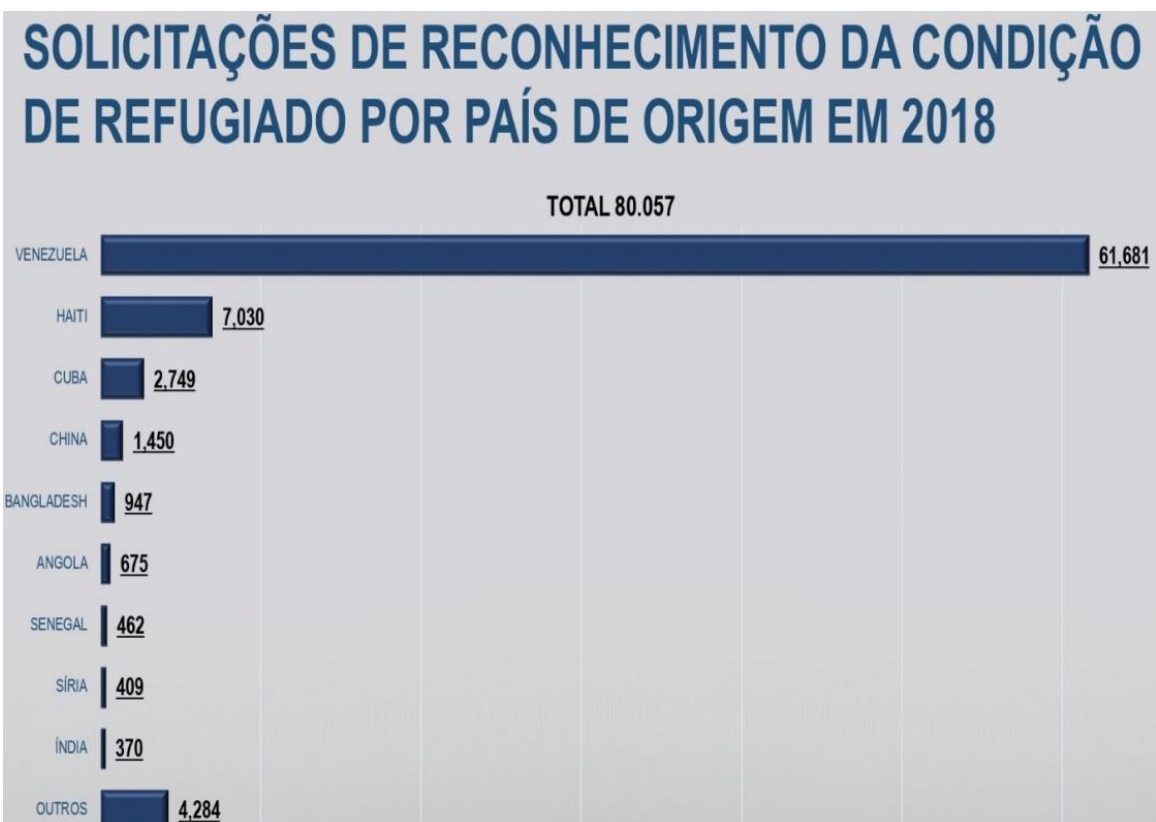


Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Vê-se, na figura 1, que em 2011 e 2012 foram anos com poucos pedidos de reconhecimento de refúgio. Identifica-se que em oito anos houve um aumento crescente e significativo de solicitantes da condição de refugiados. Percebe-se um aumento de 245% na quantidade de solicitações de 2017 para 2018.

Já a figura 2, demonstra o número de solicitantes de refúgio por país de origem, tendo em vista que os dados do CONARE foram do ano de 2018.

Figura 2 – Quantitativo de solicitações de refúgio por país em 2018.



Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Na figura 2 é relevante identificar a quantidade de solicitantes por países, é observado que os três países que mais solicitaram no ano de 2018 foram a Cuba com 2.749 solicitações, o Haiti com 7.030 e em disparado a Venezuela com 61.681 sendo o país com maior número de pessoas que procuraram abrigo no ano de 2018, devido as circunstâncias que ele se encontrava.

No que tange especificamente às mulheres, para a ACNUR elas constituem pouco menos da metade dos deslocados em todo o mundo, e sofrem com a violência estatal, como a violência policial, e não estatal, como a violência sexual, encontrando-se em condições de vulnerabilidade, desprotegidas de seu governo e longe de suas famílias.

Mulheres estão mais expostas a diversos tipos de violências e discriminações, seja pela sua raça, cor, sexualidade, religião, ocasionando uma situação ainda maior de vulnerabilidade, sobretudo pelo fator gênero e nacionalidade. Ou seja, a mulher enfrenta o refúgio de forma mais arriscada ficando estigmatizada por esses dois fatores. Contudo, é essencial que haja debates e pesquisas acerca desse grupo que estão entre os mais afetados.

Segundo o ACNUR os caminhos que elas percorrem buscando refúgio são bastante perigosos, pois são expostas à violência sexual, física e psicológica, além de exploração no trabalho e sexual. Apesar disso, enfrentam os riscos do percurso longo para chegar a um lugar onde possam viver com menos violências.

Por sua vez, o número de mulheres que migram sozinhas ou acompanhada de seus familiares, tem aumentado significativamente nas estatísticas nacionais e internacionais, dado o caráter multidimensional dos papéis atribuídos à mulher na família, incluindo sua maior responsabilidade em relação aos filhos, ao sustento da família e o seu deslocamento em função de casamentos [...](LISBOA, 2006, p. 152).

Balestro e Pereira (2019) asseguram que é gradualmente expressiva a presença feminina na imigração de refúgio no Brasil, em 2016 através dos dados da Secretaria Nacional de Justiça pode-se mensurar que as mulheres representaram mais de 30% dos indivíduos que buscaram acolhimento em outro país. No âmbito nacional e internacional a proteção aos direitos humanos tem se mostrado insuficientes para os refugiados, especialmente para quem está estigmatizada por dois aspectos: ser mulher e ser refugiada.

Apesar das legislações nacionais serem um tanto quanto avançadas, o Brasil ainda não apresenta programas claros e definidos que favoreçam o acolhimento e integração desse grupo de forma digna, afirma Waldely, Virgens e Almeida (2014). Com isso, instituições filantrópicas tomam muitas vezes o papel que deveria ser do Estado, no intuito de garantir melhores condições de vida para este público.

Para coordenar e organizar a ajuda humanitária no Brasil, o Governo Federal implementou a Operação Acolhida, instituída para promover ações de apoio aos refugiados venezuelanos, que por meio da Estratégia de Interiorização, milhares de venezuelanos foram transferidos de Roraima para 17 outros estados brasileiros. Essa estratégia tem como apoio diversos órgãos, como os ministérios da Cidadania, da Defesa e da Saúde, a Casa Civil da Presidência da República, Estados, prefeituras e organizações não-governamentais (ACNUR, 2019).

Grande parte dos refugiados, provenientes da Venezuela, chegaram ao Brasil com o intuito de buscar emprego, devido à fragilidade econômica e política encontrada em seu país de origem. É primordial então, que haja debates, discussões e também criação de políticas públicas para inserção desse contingente no mercado de trabalho, sobretudo às mulheres, que enfrentam maiores dificuldades de inclusão.

Para contribuir com o enfrentamento de problemas, sejam eles no âmbito social, da saúde ou até na educação o indivíduo pode fazer parte de uma rede social que costuma ser mobilizadas por pessoas e/ou espaços significativos para ele. Brusamarello et al., (2011) definem as redes sociais como a soma das relações significativas que o sujeito percebe, nas quais podem estar incluídas família, amigos, colegas de trabalho, companheiro de escola e pessoas da comunidade.

As redes sociais são definidas como teias de relações que circundam o indivíduo e, desta forma, permitem que ocorra união, comutação, troca e transformação. Ao integrá-la, existe a possibilidade de se organizar socialmente como uma estrutura descentralizada, em que todos podem, simultaneamente, ocupar diferentes e distintas posições, dependendo dos interesses e dos temas tratados (BRUSAMARELLO, 2011, p. 34).

O processo que alimenta a vulnerabilidade social é a associação de dois eixos: o da relação de trabalho (emprego estável até ausência de emprego) e o eixo da inserção relacional (relações de sociabilidade sólidas até isolamento social total), afirma Castel (1994). Como visto, tanto o eixo da relação de trabalho quanto o da inserção relacional giram em dois extremos diferentes. O cruzamento destes dois eixos produz zonas distintas de espaço social, a *Zona de Integração* na qual implica a garantia de trabalho permanente e sólidos suportes em sua relação, existe a *Zona de Vulnerabilidade* onde há precariedade no trabalho e fragilidade social, e na *Zona de Desfiliação* ocorre uma ruptura da participação e das redes de sociabilidade devido a ausência de trabalho e total isolamento social. Com a crise no mundo do trabalho, uma vasta gama de indivíduos se encontram no eixo de vulnerabilidade ou desfiliação, como é o caso da maioria das mulheres que estão em situação de refúgio.

[...] um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação (CASTEL, 1997, p. 27).

Há diferentes conceituações sobre redes sociais, contudo é a partir da definição proposta por Brusamarello (2011) e Castel (1997) que o trabalho se fundamenta. Nesse sentido é essencial pensar a Terapia Ocupacional, especificamente a Terapia Ocupacional Social, na compreensão das situações de vulnerabilidade social, na discussão sobre redes sociais e nesse caso na inserção dessas mulheres na sociedade. Sendo esta, uma profissão que visa a diminuição do impacto dessa mudança e que propõe recursos com destaque na atividade humana e no cotidiano, viabilizando a constituição de projetos de vida, consciência política e favorecendo a inserção e a integração local dessas refugiadas na sociedade.

Sato e Barros (2016) reconhecem que o Terapeuta Ocupacional dialoga com a contemporaneidade e com processos de ruptura de redes sociais, violação de direitos humanos, e que ao mesmo tempo propõe também novas possibilidades de projetos de vida, participação política, social, econômica e cultural. Desse modo, no atual contexto de intensa mobilidade humana internacional para o Brasil, as autoras revelam a importância de estudos no campo social, sob a perspectiva da Terapia Ocupacional Social, para a revisão da formação e das ações profissionais diante das suas fortes implicações nos diálogos interculturais e também para a compreensão das atividades significativas.

A terapia ocupacional social está voltada ao desenvolvimento de ações pela busca de emancipação e autonomia dos sujeitos os quais têm impedimentos e/ou dificuldades socioeconômicas para o acesso aos seus direitos sociais. Trata-se de colocar em foco os sujeitos, individuais e coletivos, com destaque para a sua posição social e, com isso, as possibilidades constituídas em seus cotidianos, compreendendo o terapeuta ocupacional como alguém capacitado para criar estratégias conjuntas de ampliação de oportunidades (MALFITANO, 2016, p. 8).

Com o embasamento da Terapia Ocupacional Social, há o delineamento das ações voltadas em diversos âmbitos, especialmente para grupos sociais em desvantagem social como as mulheres em situação de refúgio no Brasil. Acompanhar e atender a população de refugiados é papel também do Terapeuta Ocupacional, devido à capacidade de lidar com o sofrimento humano e contribuir com a produção de sentido e qualidade de vida, facilitando a criação de vínculos e aproximações. Vale ressaltar que a atividade humana é vista como o pilar central na prática terapêutica ocupacional (BARROS, 2004).

Assim, esta pesquisa buscou conhecer e compreender como as redes sociais de mulheres refugiadas tem se configurado, por meio das trajetórias de vida e refúgio, as relações e conexões que são construídas e reconstruídas no Brasil e, principalmente, como essa rede está colaborando para o enfrentamento das diversas situações em que vivem.

Considerando assim as contribuições da Terapia Ocupacional Social, o histórico de vida das mulheres, a compreensão acerca das redes sociais e quais os rebatimentos que causam na vida cotidiana. A finalidade deste trabalho é contribuir para a identificação das redes sociais, proporcionando assim uma percepção individual, que reflete no coletivo, das relações sociais. Por fim, o trabalho proporcionou também uma maior compreensão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres refugiadas, além de reflexões e discussões, na tentativa de ajudar no enfrentamento das problemáticas que essas mulheres vivenciam, sobretudo no campo do trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, na qual se utilizou de um roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas. Foram englobados aspectos da história das mulheres venezuelanas e situadas as temáticas acerca de suas trajetórias e relações interpessoais, no trabalho e nos espaços. Além da configuração das redes sociais a partir das experiências vivenciadas por elas em situação de refúgio.

Para Manzini (1990;1991), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Foi escolhida a entrevista semiestruturada como técnica devido à sua flexibilidade, isto é, ela propicia mudanças nas questões à medida que é realizada a entrevista.

A narrativa permite que sejam identificados as estruturas sociais e os modos de participação na rede social de suporte das refugiadas, respondendo assim os objetivos propostos. Conforme Meihy (2005) a história se expressa como uma forma de saber que traz experiências humanas tanto individuais quanto coletivas à tona. Diante disso, a história/narrativa de vida admite entrevistas que englobam aspectos prováveis e improváveis, precisões e imprecisões contidas nas experiências das pessoas.

Sendo assim, ela recobre narrativas e relatos - sobre um fenômeno, um acontecimento ou um período de tempo -, colhidos por meio de estudo documental, depoimentos e entrevistas (gravadas em áudio e/ou vídeo) as quais podem ser trabalhadas por meio de diversos procedimentos e técnicas. (SILVA; BARROS, 2010, p. 69).

A pesquisa aconteceu no estado da Paraíba, mais precisamente nas cidades de João Pessoa e Conde. Inicialmente foram feitos contatos com duas organizações não-governamentais (ONGs) que tem acolhido os venezuelanos no estado: Aldeias Infantis SOS e Casa do Imigrante.

Dessa forma, a partir das informações colhidas constatou-se a viabilidade de realizar a pesquisa na Casa do Imigrante, que tem como objetivo principal o acolhimento e fornecimento de serviços de assistência jurídica e/ou social para famílias imigrantes. Este acolhimento na instituição é rotativo, ficam por aproximadamente três meses, ou seja, na medida em que os refugiados se estabilizam minimamente no estado surgem novas vagas na

instituição, que está situada do Município do Conde localizada na região metropolitana da cidade de João Pessoa.

Inicialmente a pesquisa seria feita com mulheres que residiam em uma casa no bairro de Mangabeira município de João Pessoa, na qual a Casa do Imigrante arcava com os custos de aluguel, luz e água, visto que, nenhuma das moradoras trabalhava. Entretanto após os trâmites para o início da coleta de dados, a maioria das mulheres, saíram de João Pessoa e foram para outras cidades na busca pelo emprego e de reencontro com seus familiares venezuelanos. Com isso, o trabalho de campo se concentrou na realização de entrevistas com cinco mulheres que estavam na Casa do Imigrante.

Vale ressaltar que as entrevistas foram executadas de forma individual no auditório da ONG, garantindo assim a compreensão da visão própria das mulheres acerca deste assunto. Os dados coletados foram organizados e categorizados após as transcrições na íntegra dos áudios das entrevistas. É importante evidenciar que as mulheres não são fluentes no idioma português, ainda assim, a tradução foi realizada pela pesquisadora, pois a mesma possui uma maior aproximação e compreensão do idioma espanhol.

Esse método permitiu à pesquisadora visualizar nuances pessoais de cada entrevistada, respeitando o limite entre o que pode ser dito ou não. Foi elaborado um roteiro semiestruturado (Anexo I), para guiar e referenciar a pesquisadora ao decorrer das entrevistas. As perguntas faziam menção ao processo de identificação de cada uma, sua trajetória percorrida de saída e chegada no Brasil, suas relações e as dificuldades enfrentadas.

Para a realização do estudo foram observados os aspectos éticos de acordo com o que preconiza o Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II) foi utilizado a fim de garantir preservação da imagem da participante, o direito de continuar ou desistir da pesquisa sem nenhum prejuízo à colaboradora garantindo assim sua autonomia. Devidamente submetido ao Comitê de Ética, o projeto bem como as suas documentações anexas, a exemplo do TCLE e o roteiro de entrevistas, foram aprovados.

Dessa forma, não apenas as falas foram consideradas nos momentos das entrevistas, mas sim todo o emaranhado de expressões, olhares, respirações, silêncios e sorrisos, os quais fortificaram e por vezes transmitiram palavras que não foram ditas verbalmente na tentativa de compreender as realidades sociais das mulheres. Sobre isso, Minayio (2001) assegura que

“a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (p. 15)”.

A forma de análise de dados foi embasada na proposta de categorias temáticas a partir das falas das participantes, a partir da análise de conteúdo que segundo Moraes (1999) é usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, essa análise ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Após a transcrição e a tradução para o português, das gravações em áudio, os dados foram analisados a partir de referenciais teóricos e metodológicos da Terapia Ocupacional Social e Sociologia, levantando assim categorias a serem interpretadas e discutidas. Faz-se necessário que o estudo tenha uma dimensão crítica, desconstruindo preconceitos e construindo reflexões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelas narrativas colhidas pôde-se discutir e relacionar com bases teóricas a percepção das refugiadas acerca das vivências no Brasil, sobre suas redes sociais e cotidiano, além das dificuldades enfrentadas na busca por trabalho e o quão as desigualdades de gênero interferem nas condições de vida. A partir da análise de dados emergiram três categorias: Trajetória de vida e refúgio; Cotidiano e redes sociais: entraves e potencialidades; Gênero e mercado de trabalho: Ser mulher e refugiada.

3.1 TRAJETÓRIA DE VIDA E REFÚGIO.

Maturín² tem 21 anos, atualmente está desempregada e residindo temporariamente na Casa do Imigrante. Em seu país de origem estudou Recursos Humanos, mas não conseguiu finalizar pois precisou sair às pressas de sua casa sozinha para tentar construir sua história em outro país. Saiu da Venezuela com a ajuda de um padre de uma instituição católica do Brasil. Quando chegou à Pacaraima, município brasileiro localizado no norte do Estado de Roraima, caminhou um pouco até conseguir carona para Boa Vista, onde passou três meses. Contudo o processo de vulnerabilidade na cidade de Boa Vista foi intensificando segundo informações colhidas (SIC), com o programa de interiorização a mesma pôde viajar até a Casa do Imigrante no Conde - PB. Maturín está há três meses na Paraíba e tem planos de conseguir emprego para ajudar sua família que continua residindo na Venezuela.

Monaga tem 39 anos, está desempregada e vive junto com sua família na Casa do Imigrante. Estudou até o 6º ano do ensino fundamental e já trabalhou como auxiliar de laboratório em um hospital. Chegou ao Brasil com quatro filhos, uma filha de 19 anos que estava grávida, uma de 11 anos, outra de 9 anos e um filho de 22 anos, além de seu marido. Há seis meses no Brasil tenta sustentar sua família, cuidar de seus filhos e de seu neto que nasceu após a família chegar na Paraíba pelo processo interiorização para facilitar o reencontro com sua irmã venezuelana que se encontrava na cidade de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. Monaga foi acolhida na Casa do Imigrante, lugar que possibilitou um atendimento jurídico, e ajudou na adaptação na Paraíba. Ela afirma que seu

² Os nomes das mulheres entrevistadas utilizados no trabalho são fictícios, de acordo com o TCLE, para preservar as identidades. A escolha de cada nome representa o estado ou cidade onde residiam na Venezuela: Caracas, Maturín, Monaga, Bolívar e Guayana.

desejo é que todos seus filhos estudem e trabalhem aqui no Brasil, a mesma relata não querer voltar para a Venezuela.

Guayana tem 24 anos, formada em contabilidade na Venezuela, trabalha atualmente como operadora de caixa em um restaurante em João Pessoa. Mora com seu namorado e um amigo na cidade de João Pessoa. Viajou sem a família, tentando buscando carona com pessoas desconhecidas, pela dificuldade em conseguir emprego na sua cidade natal. Está no Brasil há um ano e cinco meses, desde então o desafio é a busca por empregos que não sejam precários, além da revalidação de seu diploma. Realizou um curso de atendente de farmácia. Relata que foi devido ao programa de interiorização que conseguiu se reestabelecer na cidade de João Pessoa, pois em Boa Vista já havia uma superlotação de refugiados.

Bolívar tem 28 anos, tem formação em arquitetura, mas no Brasil está desempregada. Reside na Casa do Imigrante, mas logo vai mudar para um apartamento alugado. Chegou ao Brasil em 2016, na cidade de Boa Vista – RR, trabalhou em restaurantes e vendeu morango no sinal para custear a faculdade que ainda não havia concluído em seu país de origem, logo depois abriu sua própria lanchonete, porém, seu empreendimento não deu certo devido consequências de uma crise econômica que se instala em Boa Vista. Com uma filha de 10 anos e um bebê atualmente é sustentada pelo marido, também arquiteto, que conseguiu trabalhos informais ao longo de sua permanência na cidade. Já em João Pessoa, Bolívar não procurou emprego formalmente devido ao cuidado de seu filho pequeno, contudo diz fazer algumas vezes diárias de limpeza.

Caracas tem 53 anos, é formada em administração de empresa também está desempregada, viajou para Boa Vista junto com seu marido, Psiquiatra formado na Venezuela, seus três filhos e uma nora. Encontra-se na Casa do Imigrante há quatro meses, no momento presente certifica que está buscando uma casa ou apartamento para alugar na cidade de João Pessoa. Já trabalhou como ajudante de cozinheira e fazendo diárias em restaurantes, mas nunca conquistou um emprego com carteira assinada aqui no Brasil. Veio pela possibilidade de conseguir emprego para os filhos, logo Caracas pretende voltar para seu país quando ele reestabelecer-se política, econômica e socialmente. Apenas seu filho e sua nora conseguiram emprego em João Pessoa.

As mulheres mencionaram que o principal motivo da saída de seu país foi devido à crise que afetou progressivamente as famílias venezuelanas, na qual foram, forçadamente, deixando seus lares a procura de uma melhor qualidade de vida em outro país. Com isso,

todas as participantes da pesquisa relataram que vieram para o Brasil à procura de trabalho, pois já não havia possibilidade alguma de emprego em seu país. A conjuntura política, econômica e social do país de origem dessas mulheres vem sofrendo uma importante mudança que impactou negativamente na vida cotidiana dessas famílias, acarretando assim num deslocamento forçado para o Brasil e para outros países fronteiriços à Venezuela.

De acordo com Schwinn e Costa (2017) historicamente, uma das manifestações mais evidentes da desigualdade de gênero é a violência contra as mulheres. Em um contexto migratório, não voluntário, como é o caso de refúgio, onde um grande contingente de pessoas se desloca fugindo justamente da violência, esse tipo de violência acaba potencializada. Mulheres e crianças acabam sendo os grupos mais vulneráveis.

É perceptível em suas narrativas, que todas as mulheres se encontram com inúmeras dificuldades no percurso da Venezuela até o Brasil. Relatam que passaram dias caminhando nas ruas, com pouco dinheiro, sem comida, se deslocando por meio de caronas com pessoas estranhas, sem conhecer o idioma e a cultura, além de deixarem grande parte de sua família no país de origem, porém, inicialmente, com certa expectativa de melhoria nas condições de vida.

“Foi muito doloroso, o maior motivo [da saída] foi que lá eu não ia conseguir nada, já tinha estudado, tirado minha carteira, mas trabalhar lá era trabalhar por um salário mínimo, que eu não podia pagar nada e eu queria muitas coisas, uma casa, um carro. Lá com um salário só poderia comprar uma farinha de trigo e um arroz, só [...]” (Guayana)

“Primeira situação foi por causa da fome, muita fome, não tem comida. Baixamos 25 quilos, todos baixamos muito de peso [...]” (Caracas)

“Se tinha dinheiro para comida não pagava aluguel, se pagasse o aluguel ficava com pouca comida, tinha produtos venezuelanos que já não estavam mais no mercado e então tinha uma fila enorme. Começamos a emagrecer muito, mas não eram todas as famílias que estavam assim, algumas conseguiam se sustentar. Quando vimos que já estávamos emagrecendo e que era estressante não ter o que comer, meu esposo decidiu largar a faculdade e vir para Boa Vista [...]” (Bolívar)

“Vim para o Brasil porque não podia seguir minha vida estudando [...]só eu, minha família ficou na Venezuela[...]Agora cada dia vai pior na nossa Venezuela e sigo procurando trabalho, pois necessito ajudar eles, ou trazê-los. Fazer qualquer coisa para ajudar, pois lá eles estão só sobrevivendo [...]” (Maturín)

“Só vir com o dinheiro da passagem até a linha, até Pacaraima, para ir para Boa Vista tivemos que procurar carona, sofremos muito. [...]Tivemos que dormir na polícia federal, dormimos no chão, minha filha grávida e eu chorando vendo ela e as duas menores. Tivemos que caminhar quase quatro

horas até chegar num povoado indígena. Caminhamos dois dias na rua, comemos manga, buscamos água e eu desesperada [...]” (Monaga)

Balestro e Pereira (2019) destaca que há uma situação de intenso fluxo migratório venezuelano em Boa Vista-RR, que se encontra em situação de vulnerabilidade devido à falta de estrutura para acomodar o fluxo de pessoas que chegam da Venezuela.

É possível notar nas falas que o percurso de tal grupo foi marcado por vários entraves, e quando se é pensado a partir de um recorte de gênero essas dificuldades se tornam ainda mais acentuadas, as mulheres transformam-se num agente vulnerável ao fazer travessias levando seus filhos consigo, e também ficando à mercê de violências como estupro, xenofobia, maior exposição ao tráfico internacional de pessoas, dentre outras (BALESTRO; PEREIRA, 2019).

Mesmo diante dessas condições, as mulheres chegaram ao Brasil esperando encontrar acolhimento, sobretudo uma possibilidade de emprego. Contudo, ao chegar no estado de Roraima encontraram, além de uma situação estrutural de vulnerabilidade, sucessivas situações preconceituosas pelo fato de serem refugiadas provenientes da Venezuela.

“Há muitos venezuelanos lá em Boa Vista e muita xenofobia, os momentos ruins que tive lá foi com venezuelanos não com brasileiros. [...] A princípio esperava uma ajuda rápida, só que quando fiquei em Boa Vista me dei conta pela quantidade de venezuelanos que era muito impossível, já era muita ajuda que eles estavam precisando, só que quando vi era tarde para voltar, eu pensava em ir quando via minha filha no chão: falando mãe tenho fome” (Monaga).

“Foi muito difícil eu preferia estar na Venezuela do que em Boa Vista, porque na Venezuela eu ia estar com minha família, mesmo passando necessidade, aqui eu estou sozinha passando dificuldade [...] Quando vim pra João Pessoa foi muito melhor, porque as pessoas são muito tranquilas e lá não eram” [...] (Guayana).

“Há alguns venezuelanos que chegam e que às vezes deixam uma imagem ruim do que nós somos [...] Em Boa Vista não alugavam para venezuelanos, mas somos pessoas boas, porém eles falam que passaram cinco meses sem pagar aluguel. Muita xenofobia com isso do aluguel e com trabalho contrata e paga pouco” (Caracas).

Observa-se então que, nessa jornada em busca de segurança, elas sofrem indiferenças e descasos pelo fato de serem da Venezuela e também por serem mulheres. A luta pela sobrevivência delas muitas vezes se torna invisível e não acaba quando chegam ao Brasil. Schiwnn e Costa (2017) relatam que muitos são os países que não abrem as portas e/ou limitam os direitos fundamentais dessa população, contradizendo assim, o princípio *non refoulemant* e os princípios da igualdade e não discriminação.

Políticas públicas para migrantes podem fortalecer as desigualdades, enquanto a inclusão da população migrante e refugiada nas políticas públicas pensadas em uma perspectiva integral e transversal favorece a integração e a prevenção de violações de direitos. Desigualdade não se combate com igualdade; se previne com equidade (LUSSE, 2015, p. 136).

Em relação à xenofobia, preconceito e/ou “aversão” a estrangeiros, as refugiadas dizem que os brasileiros tendem a desconfiar dos venezuelanos, por estarem desesperados por emprego. No entanto, é preciso ter um cuidado em generalizar esse fenômeno, nas entrevistas todas as mulheres expõem também a solidariedade e apoio por parte dos brasileiros, tanto no estado de Roraima quanto no estado da Paraíba. Durante a pesquisa foi observado que o lugar mais intenso no que diz respeito a xenofobia foi a cidade de Boa Vista, logo, em João Pessoa elas explicitam que este fato não é tão evidente.

“Não esperava tanto daqui do Brasil, pois saí desesperada, mas a solidariedade brasileira nos ajudou muito. Nos deram a mão e nos apoiaram, mas na parte do trabalho foi um pouco difícil, creio que com minha idade as pessoas acham que não posso trabalhar, mas sim eu posso” (Caracas).

“Eu conheci outros brasileiros em João Pessoa, muito amáveis, carinhosos e atentos, eu falo que são mais que os próprios venezuelanos. Fico surpreendida. E sabem e conhecem pelo jeito de andar, de se portar, mas muitos não nos veem como estranho ao contrário... eles falam, saúdam nos dão bom dia” (Monaga).

3.2 GÊNERO E TRABALHO: SER MULHER E REFUGIADA

Escravidão, precariedade em locais de trabalho, xenofobia, tráfico de mulheres, violência sexual, ruptura de laços familiares, condição de extrema pobreza, alta prevalência de problemas de saúde e aculturação são algumas das problemáticas e abusos aos direitos humanos que enfrentam as mulheres refugiadas tanto no país de origem quanto no percurso e no destino.

Dessa forma, a partir de um recorte de gênero procurou-se evidenciar na entrevista as situações de vulnerabilidade em que as mulheres, principalmente no que concerne ao mercado de trabalho, enfrentam ou enfrentaram no Brasil. Na percepção de quatro entrevistadas, elas não sofreram discriminação pelo fato de serem mulheres, porém todas afirmam que já visualizaram de alguma forma com outras mulheres, além disso, percebem a diferença entre as cidades que estiveram no Brasil.

“Eu percebi que a rejeição com as mulheres vai de acordo com cada cidade aqui em João Pessoa é uma cidade mais amena, mais cordial. Roraima é um lugar mais machista, você percebe nas famílias que o homem é mais forte com as palavras e a mulher mais submissa e calada”. (Bolívar)

É importante ressaltar que Roraima é o estado que se situa na divisa com a Venezuela, tornando assim o destino de milhares de venezuelanas. As estatísticas do estado não favorecem as mulheres, sendo um dos estados brasileiros com maiores índices de feminicídios.

[...] No Estado de Roraima o número de mortes de mulheres é bastante elevado, colocando-o em primeiro lugar no ranking nacional de estado em que mais cresce o homicídio de mulheres por questões relacionadas à gênero, como se aferiu no Mapa da Violência 2015, Homicídio de Mulheres no Brasil, por meio de uma análise entre os anos de 2003 à 2013, e 2006 à 2013, após a Lei Maria da Penha (MENEZES, 2016, p. 10).

Identifica-se também que elas lidam frequentemente com situações de discriminação pelo gênero, porém na percepção das mesmas algumas são dadas como “normais”.

“Não tive experiências ruins, conheço outras venezuelanas que tiveram, mulheres que estavam na rua vendendo brigadeiro pegaram pelo braço e deu um beijo, outras pessoas já chutaram a bandeja de uma mulher. [...] Não percebi violência direta só normal da cidade” (Bolívar).

É válido considerar que a violência contra a mulher, corriqueiramente torna-se um fenômeno invisível, por vezes sendo naturalizadas na sociedade, ou seja, as situações de violências são constantemente tratadas como uma prática comum. Migrantes e refugiadas são submetidas a episódios como esse de forma ainda mais intensa, pois quando há a junção do estigma de ser refugiada e mulher os agravantes são ainda maiores. Se para as brasileiras os sistemas de proteção são falhos e, frequentemente, encontram-se na invisibilidade, para “estrangeiras” o cenário é ainda mais marcante, o que se mostrou evidenciado na fala a seguir:

“Quando eu trabalhei em um bar como garçoneiro em Boa Vista um homem queria que eu sentasse na mesa para ficar com ele, ele queria que eu ficasse tinha que fazer o que ele falasse porque eu era estrangeira, como eu não quis ele pegou forte no meu braço, levantou e disse que eu tinha que fazer o que ele falava, mas falei com a dona do bar e ela falou pra eu não atender mais ele, mas era pra eu ter chamado a polícia porque eu fiquei muito assustada e nunca tinha passado por isso. [...] só foi isso, aqui não aconteceu muita coisa” (Guayana).

Quando está relacionado ao gênero, o assédio sexual pode ser visto como discriminação, violando a dignidade do indivíduo que sofre a ação, retirando-lhe o direito de ter um local onde sua saúde e seu equilíbrio possam ser garantidos, argumenta Higa (2016). O assédio sexual é uma das inúmeras violações sofridas pelas refugiadas, tendo em vista as

relações de patriarcado e de poder que o homem ainda exerce na contemporaneidade, é difícil que as estatísticas de violência se mitiguem. Nesse sentido, há uma dificuldade de reconhecer casos de violência, essa dificuldade se dá tanto por parte das mulheres quanto por parte dos serviços que devem ser ofertados.

Em razão da distância de suas origens e referências (local de nascimento, moradia, família); da indiferença oficial, com pouca ou nenhuma proteção governamental; dos abusos (sobretudo sexuais) e da estigmatização em razão da condição de mulher e refugiada, são diferentes as dimensões da violência sofrida pelas mulheres, que tem influência direta sobre o processo de adaptação a uma nova realidade (SCHIWNN; COSTA, 2016, p. 225- 226).

Em sua fala, Guayana faz elogios às leis brasileiras e comparações com o país de origem, no que tange a circulação nas ruas, e no modo de vestir-se e na forma com que os homens encaram a liberdade feminina.

“Aqui muitos homens tem medo de falar alguma coisa com mulheres, lá não. Você passa e eles falam tudo, eu acho muito boa as leis daqui, lá as mulheres já estão acostumadas. A gente fica pensando, é muito perigoso [...] é como se fosse normal, mas não é normal, o short por exemplo, lá se você ficar de shorts o homem diz que a culpa é sua porque está de roupa curta, aqui posso andar de shorts tranquilamente [...]” (Guayana)

Schiwinn e Costa (2016) reiteram ainda o conceito de violência social, que pode incluir a dificuldade de acesso aos serviços públicos, manutenção da pobreza, precariedade de moradia e trabalho. Além da dificuldade pela condição de refugiadas, o acesso a esses serviços também é prejudicado pela barreira linguística.

É possível observar que o maior motivo da procura de acolhimento no Brasil é a expectativa de um trabalho digno para obter o sustento individual e familiar, e podemos acrescentar, em alguns casos, a luta das mulheres que estão na Paraíba buscando por condições dignas de moradia, alimentação, educação, saúde, sobretudo por trabalho, seja ele formal ou informal.

Todas elas estão no Brasil há mais de seis meses, os principais tipos de trabalhos que conseguiram foram aqueles que, por tradição, são concedidos às mulheres como o de cozinheira, faxineira, cuidadora de idosos ou crianças.

Assim, as mulheres em deslocamento podem ser consideradas agentes em desenvolvimento e essa realidade está se tornando cada vez mais comum em outros contextos, onde mulheres saem de seus países com um projeto migratório baseado no objetivo de trabalhar, juntar dinheiro e prover melhores condições de vida para os filhos e para a família que ficou no lugar de origem, assim possibilitando melhores condições de saúde, educação e,

inclusive, acesso a bens de consumo. Destaca-se que a migração de mulheres por motivo de trabalho também é uma realidade cada vez mais consolidada (LIRA; LAGO; LIRA, 2019, p. 329).

A autora por sua vez, salienta o impacto econômico que a feminização das migrações causa, e reitera o motivo de trabalho como uma forte realidade atual (LIRA; LAGO; LIRA, 2019). O desemprego para os brasileiros é um fenômeno latente que se fortifica casa vez mais. Para as refugiadas, portanto, esse fenômeno torna-se mais acentuado e foi considerado uma constante entre as mulheres da pesquisa, onde apenas uma atualmente está empregada como caixa de um restaurante.

Castel (1994) ressalta a importância do trabalho como um definidor de integração social, pois é através dele que se consegue ter acesso aos meios de subsistência, quando o sujeito é excluído do mercado de trabalho automaticamente entra numa zona de vulnerabilidade social, ou seja, devido às fragilizações relacionais e de trabalho essas mulheres estão sendo expostas à diversas violações de direitos e por meio dessa vulnerabilidade social e relacional há uma gama de impactos nas suas redes sociais (CASTEL, 1994).

Além de discutir a falta de emprego, é preciso refletir sobre a precariedade dos trabalhos que lhes são atribuídos. Nos relatos abaixo nota-se, então, que passaram ou passam por diversos problemas quando se fala em condições de trabalho, carga horária, remuneração dentre outras demandas.

“Contratam e pagam pouco. Uma diária na cozinha às vezes é cinquenta reais de 7 da manhã até 7 da noite, creio que um brasileiro que não trabalhe por isso. [...] Em outro restaurante era até 16 horas, no fim tínhamos que deixar tudo limpo, elas falavam pra a gente ficar até 19 horas, mas não podia, muitas vezes ficava trabalhando, mas não é correto é exploração” (Caracas).

“Nos primeiros empregos pagavam uma diária de trinta e cinco reais para ficar de 17 horas até 2 horas da manhã. Esse trabalho era mais forte. [...] Em outros trabalhos eles se preocupavam comigo, mas porque era muito trabalho e pouco dinheiro, a mulher pegava a minha filha na escola, me ajudava com alimentos [...]” (Bolívar).

“Eu acho muitas horas de trabalho, e se eu ficar no feriado não pagam horas extras, a gente fica quase 11 horas trabalhando e se contar com o tempo que pego ônibus da muito mais. Então é muito difícil, eu acho que o que pagam é muito pouco, mas a gente faz porque precisa, e tenho que pagar as contas daqui e mandar para a Venezuela” (Guayana).

Devido às transformações sociais alguns grupos sociais estão expostos diretamente à precarização do trabalho, à vulnerabilidade relacional, à marginalização, e a ruptura das redes

sociais. Esse déficit está vinculado à degradação no mundo do trabalho e as consequências na qualidade da vida como moradia, cultura, educação, podendo ocorrer processos de desfiliação (CASTEL, 1994). Percebe-se que a vulnerabilidade social é produto e produtor das fragilizações relacionais e do trabalho.

Outra reflexão em relação à formação profissional, é que três delas tem ensino superior completo, porém no processo de refúgio não exercem a profissão, por não terem passado pelo processo de revalidação do diploma ou por não terem trazido a documentação necessária.

As mesmas tem interesse em exercer a profissão que escolheram, porém, pela precariedade em que se encontram, elas se submetem a trabalhos com baixa remuneração e alta carga horária. Guayana se formou em contabilidade e expõe sua tristeza por não poder exercer sua profissão, diz que “trabalha em outros lugares porque precisa muito”. Bolívar com superior em arquitetura menciona que o Brasil é um país muito exigente com os currículos para quem tem ensino superior, mas afirma continuar na tentativa de validar seu diploma.

“Tem vezes que teus sonhos ficam parados, mas não os desejos. Porque eu gostaria de ganhar bem pelo meu conhecimento e ir para um escritório de arquitetura, mas não é possível, eu tenho dois filhos e se aparecer trabalho para eu ser garçomete, para limpar banheiros ou para uma loja eu vou. [...] e vou continuar sonhando, não vou deixar meus sonhos de lado” (Bolívar).

Todas elas sentem necessidade de realizar cursos profissionalizantes. No entanto, Monaga sente dificuldade para estudar, porém tem interesse na realização de cursos que a prefeitura e outros órgãos como as ONGs oferecem, como cursos de atendente de farmácia no qual Guayana finalizou pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Quando na entrevista são questionadas sobre rejeição no trabalho por ser mulher, apenas uma relata que já sofreu diretamente algum tipo de exclusão pelos colegas de trabalho, a mesma diz ser porque os brasileiros sentem seus cargos ameaçados e não confiam na execução do cargo ocupado, ou seja, acham que por ser mulher venezuelana não conseguem realizar algum tipo de atividade, como atender diretamente os clientes sendo operadora de caixa.

Assim sendo, vê-se que as mulheres refugiadas possuem necessidades específicas e os países que as acolhem devem estar preparados para saná-las minimamente. Os autores Lira, Lago e Lira (2019) argumentam que além de uma estratégia de acolhimento o Plano de Interiorização, proposto para abarcar a demanda emergencial dos venezuelanos em ocupar

outros lugares no Brasil, precisa abranger a criação de políticas públicas locais, acesso a benefícios assistenciais e oportunidades de emprego, além de promover valores a população, como tolerância e respeito à diversidade.

Percebe-se, contudo, que foi traçado um plano geral sem preocupação alguma com o gênero dos migrantes. Isso precisa ser reavaliado pelo governo brasileiro. É certo que a Lei de Migração (Lei nº 13.445 de maio de 2017) é um avanço, entretanto, as fragilidades na discussão e aplicação de políticas públicas direcionadas estão vindo à tona principalmente quando se conhece a situação das mulheres venezuelanas e toda a dificuldades que no Brasil enfrentam, dificuldades estas que lesionam seus direitos fundamentais (LIRA; LAGO; LIRA, 2019, p. 331).

Dito isso, o Brasil ainda precisa valorizar a potencialidade desse contingente e acolher as necessidades que elas possuem para que possam viver com dignidade, pois antes de serem refugiadas elas são mulheres que devem gozar de seus direitos, e também precisam de soluções imediatas que sejam capazes de mitigar as situações de vulnerabilidade.

3.3 COTIDIANO E REDES SOCIAIS: POTENCIALIDADES E ENTRAVES

É a partir das relações interpessoais, com o ambiente e o trabalho que o sujeito se constrói no seu dia a dia e conforme Assis et al. (2017) “essa construção é dinâmica, característica do que é vivo e compõe uma teia complexa que se articula e se desdobra”. Para Maximino e Tedesco (2016) o termo “Cotidiano” diz respeito à relação que os sujeitos constroem com seus fazeres no encontro com os corpos humanos e não humanos, no uso e na passagem do tempo.

A vida cotidiana do sujeito se revela no entroncamento da realidade exterior e da realidade psíquica, na rede de suas relações sociais, nas atividades costumeiras de autocuidado e automanutenção, nas manifestações de solidariedade. O terapeuta ocupacional tem, portanto, uma posição privilegiada ao poder contribuir para a elaboração crítica do cotidiano do sujeito. O poder refletir a vida cotidiana e suas determinações, esse olhar estrangeiro para o que parece rotina imutável, contribui de forma marcante para os movimentos de autodeterminação do sujeito, de reorganização do coletivo e ressignificação do cotidiano [...] (GALHEIGO, 2003, p. 108).

À vista disso, interessa ao terapeuta ocupacional a compreensão do cotidiano e a forma como as mulheres vivenciam as relações sociais e a ressignificação do cotidiano. Os relatos a seguir ilustram um pouco sobre a rotina e a frequência, entre as mulheres, pela busca e manutenção do trabalho em seu dia a dia.

“Bom eu saio para procurar emprego, vou em João Pessoa para entregar currículo, mas os trabalhos estão muito difíceis, estou esperando por algum. [...] Vou atrás de entregar currículo em Jacumã e em João Pessoa, mas escuto não, não e não” (Maturín).

“Eu queria fazer mais coisas aqui em João Pessoa, não faço muita coisa porque trabalho de noite e chego de 3 horas da manhã, saio de 15 horas para pegar o ônibus e chegar ao trabalho de 17 horas. [...] Não tenho vontade de acordar, acordo já para tomar banho comer alguma coisa e ir trabalhar, na minha folga vou ao mercado ou faço outra coisa” (Guayana).

“Principalmente no meu dia eu procuro emprego, e cuido do meu filho, vou procurar uns pontos turísticos, aqui é muito forte. [...] Eu acho lindo que aqui tem uma cidade viva, vejo que tem inovações e a cidade está crescendo. Lá o que tem está deteriorado” (Bolívar).

Nota-se, a partir das narrativas, que as mulheres passam a maior parte do dia à procura de uma forma para sustentar sua família, seja por meio de diárias de limpeza, como cuidadoras, ou levando currículos em lojas e restaurantes. Segundo as entrevistadas, estar na Casa do Imigrante, trouxe certo conforto e apoio em comparação à chegada na região Norte do país, como dizem “foi por meio da casa que consegui respirar” mesmo com inúmeras indagações sobre os projetos futuros, empregos, e retorno à Venezuela.

Todas as mulheres demonstraram que possuem ou já possuíram dificuldades com a língua portuguesa, algumas afirmam que por mais que as línguas sejam parecidas, há um estranhamento muito grande, pois apreender o idioma se torna uma necessidade e não uma escolha.

Com isso há o enfrentamento de barreiras também linguísticas que, de acordo com Pereira (2017), elas condicionam severamente o acesso a qualquer outro aspecto referente à sua sobrevivência, e, por isso o domínio da língua portuguesa é um dos fatores fundamentais na integração das refugiadas. Essas barreiras tem um forte rebatimento nas suas vidas, tanto na busca por emprego, quanto nas relações e acesso aos serviços de educação, saúde, assistência social, entre outros.

“Lá em Boa vista a principal dificuldade foi o idioma, não sabia falar nada e entender menos ainda [...] Eu ainda não entendo muitas coisas que se falam, era muita pressão também, mas era muita gente que passava e falava e fui aprendendo” (Guayana).

“Tivemos muitas dificuldades, quando viemos pra cá eu não compreendia nada, ficava chorando, porque falavam comigo e era como se eu estivesse vendo uma pessoa muda, muito triste [...] aqui na casa [Casa do Imigrante] tem um projeto que nós participamos que nos ensinam o português” (Monaga).

No intuito de facilitar a aprendizagem da língua portuguesa, muitas fizeram alguns cursos oferecidos por um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E relatam ter sido um projeto essencial que favoreceu a maioria das mulheres no que diz respeito à procura de trabalho, além de facilitar nas relações com os brasileiros e com os serviços.

Os cursos de português para os refugiados procuram minimizar as diferenças regionais e culturais, incluindo todos em um mesmo grupo de aprendizes. Assim, diante de cursos que mesclam a diversidade de nacionalidades, de idiomas falados e culturas, as aulas de português ainda precisam de métodos e materiais que propiciem um processo de aprendizagem/aquisição eficiente [...] É com o estudo da língua portuguesa que o refugiado pode se manifestar e se assegurar efetivamente (PEREIRA, 2017, p. 127).

Balestro (2019) ressalta que além da reivindicação por necessidades básicas, o refugiado passa a ter maior acesso também à nova cultura com o domínio do idioma local, deparando-se com os costumes, tradições e valores do país de acolhimento, para tanto, houve nas entrevistas reflexões e posicionamento das mulheres venezuelanas sobre a cultura brasileira, e os impactos em suas vidas. Bolívar por exemplo, fala da diversidade sexual e de gênero no Brasil e o quanto ela é explícita, sendo assim, bastante diferente da Venezuela, pois segundo ela, a Venezuela é um país “*mais reservado*” (sic), afirma também não concordar quando a televisão brasileira mostra pessoas transexuais, ou um beijo entre pessoas do mesmo sexo, afirma não estar preparada para explicar aos filhos, porém para ela são questões culturais diferentes de seu país de origem.

Um relato comum entre três das cinco mulheres foram as questões das roupas, sobretudo na praia, elas revelam que na Venezuela não é costume ir nas praias usando biquíni, pois dizem ter medo dos assédios. Na fala de todas as mulheres é perceptível a diferença entre os países, mesmo o Brasil sendo um país carregado de questões envolvidas com o machismo, transfobia, homofobia, dentre outros, através dos relatos foi possível notar que uma parte da população venezuelana ainda está com “*pensamentos e ideologias conservadoras*” (sic).

Torna-se imprescindível compreender a cultura como direito, para que essas venezuelanas possam ser respeitadas em sua diversidade e multiplicidade. Barros (2004) aponta que se faz necessário buscar equacionamentos singulares na produção de significados e na negociação cultural, que abrangem proposições singulares e também coletivas. A autora complementa que para propor essas possibilidades singulares em Terapia Ocupacional, é

necessária uma reflexão sobre cultura, alteridade e coabitação da diferença, pois há rebatimentos no âmbito dos direitos humanos, políticas, e também na cultura, trabalho, relações sociais, nas redes de suporte, etc.

Enfim, o terapeuta ocupacional abre-se intelectualmente para atentar para tais processos em constante movimento e em ressignificação para trabalhar em espaços dinâmicos da mobilidade humana com suas possibilidades plurais, tanto relacionais como econômicas, e também linguísticas, literárias, poéticas e linguagens culturais. Aqui a cultura é, mais uma vez, motor da história e nela repousa os sentidos da atividade [...] (SATO; BARROS, 2016, p.100).

Ao longo da trajetória de refúgio das venezuelanas ocorreram transformações nas suas redes sociais, como mudança de um estado para outro, dificuldades de validação no diploma, trabalhos incertos, entre outras que intensificam a situação de vulnerabilidade social e relacional. Torna-se então, importante identificar como essas mulheres se relacionam com os brasileiros e os serviços que lhes são ou não ofertados, se atentar também para as potencialidades que as mesmas possuem e vivenciam neste país.

Dessa forma uma característica marcante nos discursos foi a demonstração de carinho e agradecimento à Casa do Imigrante, uma vez que todas as entrevistadas relataram que foi um lugar importante como ponto de apoio tanto jurídico, quanto emocional. Contribuindo assim, para a integração local, tanto em relação às burocracias acerca dos documentos, como para constituir relações dentro da casa com os outros venezuelanos e funcionários.

As iniciativas voltadas para a integração dos refugiados no Brasil são levadas a cabo preponderantemente pela sociedade civil, embora haja também participação do ACNUR e do Estado brasileiro nesse processo (o que remete à interação entre atores estatais e não estatais na chamada estrutura tripartite). As instituições religiosas ajudaram a construir uma extensa rede de apoio aos refugiados no país, com base em parcerias com outras instituições públicas e privadas. Tanto solicitantes de refúgio quanto refugiados reconhecidos pelo processo de elegibilidade são auxiliados por estas instituições, em termos de proteção jurídica e assistência no país. O direito à saúde é garantido mediante o atendimento médico em hospitais públicos e fornecimento de medicamentos adquiridos com verba do ACNUR. Já o direito à educação é propiciado pelo ingresso em escolas e universidades públicas. A alimentação e moradia são fornecidas a partir de convênios firmados com instituições da citada rede de apoio aos refugiados no país. Contudo, direitos políticos não foram assegurados aos refugiados, que se encontram privados de exercer o direito de voto em nível municipal, estadual ou federal, o que prejudica consideravelmente a capacidade de terem suas demandas ouvidas e atendidas no país (MOREIRA, 2014, p. 93).

Quando são questionadas sobre os principais apoiadores na cidade de João Pessoa, apontam a Casa do Imigrante como componente dessa rede.

“Minhas primeiras relações foram com pessoas aqui da casa. [...] Foram os primeiros que conversei, eles colocaram os currículos com a gente” (Maturín).

“As pessoas da Casa do imigrante são muito atentas, com meu neto e minha filha, eles perguntam sobre vacinas, sobre médico. [...] Qualquer dúvida qualquer coisa eu falo e peço ajuda e compreendem muito” (Monaga).

“Primeiramente conto com a Casa do Imigrante, tem a doutora na parte judicial e dos documentos é tudo com ela. E aqui enquanto sustento de aluguel e comida ajudam, e com cursos de português [...] eles vão fazendo as coisas de acordo com o que tem nas mãos” (Bolívar).

Observou-se também que, mesmo diante do afastamento, o vínculo com a família não foi totalmente rompido, e mesmo com os vínculos fragilizados pelo deslocamento e distância, elas destacam a família como importante constituinte de sua rede social. Ribeiro e Marteleto (2018) reforçam que a família é condicionada pelas diferenças e desigualdades sociais que interferem nas relações sociais, ou seja, além do significado biológico, ao mesmo tempo há o significado social e cultural.

Mediante a pesquisa foi possível perceber que Bolívar, Caracas e Monaga se deslocaram para o Brasil juntamente com alguns de seus familiares, isso contribuiu para a permanência dos vínculos no país de acolhimento, e também na produção de sentido frente às adversidades que a situação de refúgio provoca. Já Guayana e Maturín, por viajarem sozinhas, sentiram a distância, porém não deixaram de ser apoiadas nem de apoiar suas famílias.

“Eu ligo sempre para eles, fico sempre sabendo como eles estão de saúde e tudo, se eles estão tranquilos lá, eu fico tranquila aqui. Morava lá com meu pai e meu irmão, meu pai fala que se for pra eu ficar que eu fique, mas ele quer ao mesmo tempo me ver logo, me abraçar” (Guayana).

A família consiste na mais significativa rede social da maioria das mulheres, independentemente das dificuldades que enfrentam, é nela que muitas vezes buscam o apoio emocional. Contudo, a distância e a separação causam diversas consequências na vida das mulheres, especialmente as que viajaram sem nenhum familiar, visto que a família é uma forte e efetiva rede de apoio econômico, social e emocional.

Martuscelli (2018) afirma que devido ao aumento do número de refugiados no Brasil e o endurecimento de legislações migratórias baseado em preocupações securitárias faz-se necessário discutir acerca da reunião familiar, fundamental para a integração local dos refugiados. Dessa forma, foi através do processo de interiorização proposto pelo governo

federal que as mulheres chegaram no estado da Paraíba. É preciso refletir então, que todos tem direito de estar com seus familiares, contudo para as refugiadas isso torna-se de fundamental importância, pois a família pode oferecer apoio e proteção diante dos acontecimentos que muitas vezes impactam negativamente em suas vidas.

No que tange as relações que fizeram, especificamente com os brasileiros, elas relatam ter apreço pela maior parte dos brasileiros em que se relacionaram, exceto aqueles em que vivenciaram algumas situações de violência e preconceito. Sentem-se acolhidas pela maioria da população e consideram ter certa tranquilidade ao circular nas ruas, uma vez que muitos brasileiros são solícitos e lhes oferecem ajuda, sendo assim, a maioria das mulheres conseguem formar relações interpessoais que, de uma forma ou de outra, auxilia na sua participação e integração local. Entretanto, como relatam, alguns partem de um discurso do senso comum de que “essas pessoas vieram para roubar o trabalho dos brasileiros” (sic).

As relações sociais determinam significativamente a forma com que essas mulheres tem acesso a fatores importantes que melhoram suas condições de vida e também como superam as situações cotidianas tanto no ponto de vista econômico, quanto sociocultural.

No que se refere à aproximação delas nos serviços ofertados pelo setor público, como, por exemplo os serviços de saúde, educação e assistência social, a maioria relatou que acessaram de alguma forma os serviços de saúde no Brasil, tanto em Boa Vista, quanto nos municípios do Conde e João Pessoa. Citam que não tiveram dificuldades de acesso na atenção básica e especializada. Abaixo pode-se visualizar o que elas trazem como inserção nos serviços de saúde, caracterizando-se assim como também uma importante rede social, dado que é pela oferta desses serviços que ocorre a manutenção da saúde nos diversos níveis.

“Já precisei usar os serviços de saúde inclusive eu acho melhor aqui [...] por exemplo se você não tem cartão do SUS você não consegue atendimento” (Guayana).

Bolívar esteve grávida no Brasil, e todo o controle de medicamentos e pré-natal foi feito, além do parto que ocorreu em Boa Vista. Relata ter sido bastante tranquilo, se sentiu muito acolhida e feliz com a prática do aleitamento materno. Segundo a entrevistada a única dificuldade que teve foi porque não conseguiu fazer ultrassom durante a gravidez pelo setor público. Em seu discurso reitera a diferença do sistema de saúde brasileiro com os demais.

“Tinha pessoas brasileiras no quarto que falavam que tinha decaído tudo na maternidade, que era melhor antes, e eu dizia que sentia como se tivesse em um lugar privado, pois eu estou vindo de um lugar que tem carência [...] Pra

quem não tem nada em seu país, valoriza muito aqui, achei ótima a maternidade” (Bolívar).

O Sistema Único de Saúde (SUS) mesmo com fragilidades, atende as pessoas que procuram, sem nenhuma distinção de raça, nacionalidade ou diferenças características sociais e culturais, fazendo jus ao princípio da universalidade e também ao Art. 196 da Constituição Federal de 1988 que diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado. (BRASIL,1988)

Ainda sobre o acesso aos serviços nenhuma das mulheres obtiveram acesso diretamente à educação, já seus filhos e filhas estão matriculados na escola pública. Podemos exemplificar com o caso de Monaga que não completou o ensino fundamental e diz não ser a prioridade para ela agora, contudo suas duas filhas que estão em idade escolar estão matriculadas em uma escola municipal próximo a Casa do Imigrante. Ela demonstra estar feliz com a educação em que as filhas tem recebido e sente que os recursos oferecidos pela escola são de extrema importância para a inserção delas na comunidade e na escola, além do aprendizado da língua portuguesa.

Segundo ela, as crianças não tinham documentos de escolas anteriores, mas por intermédio da advogada que atende a Casa do Imigrante conseguiram a entrada nas escolas.

“Eu não trouxe documentos da escola da minha filha na Venezuela, então demorou um pouco, mas aprovaram minhas filhas para irem à escola. As duas agora estão no 1º ano do ensino fundamental, a de nove anos estava na Venezuela no 3º ano, e a de onze anos no 6º, quando vieram começaram no 1º ano acho que por causa do português” (Monaga).

Nenhuma delas diz ter vínculo direto com serviços de assistência social, no entendimento delas, a assistência tem acontecido, principalmente, por intermédio da Casa do Imigrante que estabelece convênios para a promoção de cursos profissionalizantes.

A Secretaria Nacional de Assistência Social publicou em 2016 um artigo, produzido por meio de estudos e experiências acumuladas, que sistematiza o debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes, incluindo os refugiados, o mesmo aborda que devem ser garantidos á eles todos os níveis de proteção social que a Política Nacional de Assistência Social prevê, sendo elas a proteção social básica e especializada.

Frente à análise realizada é válido refletir sobre os motivos pelos quais as mulheres não acessaram essa proteção social básica, visto que elas e sua família apresentam uma

questão importante de vulnerabilidade social e acabam muitas vezes sendo apoiadas não pela proteção garantida por lei, mas por assistencialismos imediatos garantidos pela sociedade civil como cestas básicas, doações de colchões e materiais de higiene; dentre outros.

Outro fator importante na composição da rede social são os espaços em que frequentam na cidade, à vista disso, foi questionado na entrevista sobre os espaços de lazer que tem significado para elas na cidade que está acolhendo-as.

“Eu gostei muito da lagoa e do centro histórico, principalmente por causa da arquitetura né, tem gente que fala que tem um lugar aqui só com prédios velhos, mas não, são as histórias de João Pessoa. [...] Já conheci a praia do jacaré, cabedelo, mas ainda não conheci o farol [...]” (Bolívar).

“Eu vou para a praia, vou para a lagoa [Parque da Lagoa] é muito bonito, minha filha pequena se for por ela vamos todos os dias para a praia [...]” (Monaga).

“[...] Os espaços são o trabalho e minha casa, mas já fui no shopping. Tenho muita vontade de sair para passear aqui, de ir numa praça aqui perto, mas o cansaço não deixa. [...]” (Guayana).

“Eu ia à Lagoa está muito bonito lá, vou quase todos os dias na praia de jacumã é muito perto, e na praça também nos finais de semana tem uns meninos dançando e me distrai um pouco [...]” (Maturín).

“Não frequento muitos lugares, a princípio a praia que é perto daqui, mas agora é só procurando lugar para morar [...]” (Caracas).

O Parque da Lagoa e as praias, para elas, se configuram como um espaço potente de lazer, e torna-se um espaço significativo para elas, no qual há a produção de sentido que vai para além da busca por emprego. Desse modo, é preciso fomentar ainda mais a utilização dos vários espaços públicos existentes por essa população a fim de contribuir para a participação social e diálogos interculturais.

Observa-se que configuração das redes sociais são compostas a partir da vivência e das experiências de cada uma, e que apesar de todas as situações fragilizadas e os desafios colocados elas também conseguem visualizar mudanças positivas, como por exemplo o acesso à saúde pública e a boa relação com os brasileiros, bem como a importância da casa do imigrante para elas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela que diversas são as problemáticas relacionadas às situações de refúgio de mulheres e famílias venezuelanas. A partir das narrativas e do arcabouço teórico apontado é imprescindível refletir sobre o quão o governo ainda é falho em relação às políticas públicas para a população refugiada e geral e em especial com um recorte de gênero.

O trabalho também fundamenta a carência de reflexões sobre os processos de refúgio, sobretudo o venezuelano por ser mais recente, e seus desdobramentos específicos para esse público a fim de pensar as ações técnico-profissionais, as atuações no âmbito político, além da atenção às necessidades específicas das mulheres. Dessas necessidades, destacam-se as políticas sociais, a saúde, a educação, e, principalmente ao trabalho, significativamente importante para uma maior integração local e melhores condições de permanência no Brasil.

É válido salientar que instituições filantrópicas não fazem o papel garantidor dos direitos dessa população, esse é dever do Estado, ou seja, o mesmo que deve buscar estratégias de integração, melhores condições de vida, moradia, alimentação, educação, saúde, cultura, lazer e trabalho. Como visto no trabalho, a Casa do Imigrante não dá conta de acolher toda a demanda de refugiados que chegam à Paraíba através do plano proposto pelo Governo Federal.

Mesmo com recursos governamentais a instituição ainda funciona por doações, financiamentos instáveis, e o assistencialismo que acaba sendo a estratégia mais evidente e emergencial. Contudo, não apenas de assistencialismo que os refugiados devem manter-se, é através da garantia de seus direitos preexistentes, na construção de novas políticas nacionais, pensando também na questão: Como se dá a implantação e criação de políticas públicas locais de permanência dessa população?

A rotatividade proposta pelas instituições de acolhimento acaba deixando-as apreensivas com o futuro incerto, devido à falta de oportunidades de emprego, e pela imprecisão no que diz respeito, sobretudo à habitação e alimentação.

Outros questionamentos que a pesquisa nos permitiu fazer foram: Para onde estão indo essas mulheres, crianças e famílias quando saem das ONGs após aproximadamente três meses de acolhimento? Como estão conseguindo manter-se sem ajuda institucional? Quais as

estratégias dos municípios e estados para atenuar essa vulnerabilidade? Tem intensificado a situação de rua dessa população?

É por meio dos veículos de comunicações convencionais e pelas experiências pessoais que se identifica, principalmente na cidade de João Pessoa, uma extrema vulnerabilidade encontrada nas famílias venezuelanas. Como exemplo, mães junto às crianças em busca de auxílio nos sinais de trânsito, crianças desnutridas e desidratadas nas comunidades em que estão vivendo, além de famílias em situação de rua sofrendo os diversos tipos de violência.

Espera-se então que haja continuidade de pesquisas sobre esse contingente populacional, para aprimorar as discussões e pensar em alternativas práticas e efetivas, sobretudo com recortes específicos, bem como com as crianças, adolescentes e idosos.

Diante desta construção foi possível perceber ao identificar a composição das redes sociais que, para este grupo, a configuração da mesma torna-se fragilizada, pois os processos de vulnerabilidades, violências e fragilidade de vínculos, impactam diretamente em suas relações interpessoais, com o ambiente e o trabalho.

É frente à essas realidades que a Terapia Ocupacional adentra dialogando seja no campo da cultura, saúde, educação, assistência social, ou até mesmo no âmbito político na construção de políticas públicas ou na garantia dos direitos dessa população. Nesse sentido Sato e Barros (2016) ressaltam ainda que a ação técnico-profissional deve ser dialogada como dinâmica cultural, sem esquecer como princípio indispensável os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Convenção Relativa ao estatuto dos refugiados**. [S. l.], 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (1948). Paris. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.
- ASSIS, Carine Abrahão Rodrigues; LIBERMAN, Flávia; MAXIMINO, Viviane Santalucia. Fotografias do cotidiano de mulheres: uma experiência pelas lentes de uma terapeuta ocupacional. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 352, 2017.
- BALESTRO, Ana Cristina; PEREIRA, Telma. Língua e Cultura na feminização das migrações no Brasil. **Trabalhos em linguística aplicada**, Campinas, n.58, p. 779-794, 2019.
- BARROS, Denise Dias. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. [S. l.], 1997.
- BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Regulamento Institui a Lei de Migração. [S. l.], 2017.
- BRASIL. Ministerio do Desenvolvimento Social e Agrário. **O papel da assistência social no atendimento aos imigrantes**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.
- BRUSAMARELLO, Tatiana. Redes sociais de apoio de pessoas com transtornos mentais e familiares. **Texto contexto - enferm.** v. 20, n.1, p. 33-40, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072011000100004>.
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a "desfiliação". **Caderno CRH**, [s. l.], 1997.
- CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antônio (Org.). **Saúde Loucura: Grupos e coletivos**, nº.4. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 21-48.
- COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Refúgio em Números 4ª edição**. [S. l.], 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Note/Downloads/RefugioemNmeros_2018.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.
- GALHEIGO, Sandra Maria. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-109, 2003.
- HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV**, São Paulo, v.12, n.2, pp.484-515, 2016.

- LIRA, Rosângela Araújo Viana de; LAGO, Matheus Bezerra de Moura; LIRA, Fernanda Isabel Araújo Viana de. Feminização das migrações: a dignidade da mulher venezuelana, migrante e refugiada, e o papel das políticas públicas. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, n. 247, mai./ago., p. 322- 340, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247.p322-340>
- LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. In: **REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, Ano XIV, n. 26 e 27, p. 151-166, 2006.
- LUSSI, Carmem. Políticas públicas e desigualdade na migração e refúgio. **Psicol. USP**, [s. l.], 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642015000200136&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 jan. 2020.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano. (Org.). **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos, São Paulo: EDUFSCar, 2016, p. 117-134.
- MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. Reunião familiar como alternativa de proteção: desafios e avanços na realidade brasileira. **Migrações internacionais, refúgio e políticas**, São Paulo, p. 3, 2018. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/15_PNM.pdf. Acesso em: 3 mar. 2020.
- MAXIMINO, Viviane Santalucia.; TEDESCO, Solange. Rotina, hábitos, cotidiano: no banal e no sutil, a trama da vida. In: MATSUKURA, Thelma Simões; SALLES, Mariana Moraes. **Cotidiano, atividade humana e ocupação: perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental**. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p.123-146.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MENEZES, Adahra Catharinie Reis. **A tipificação do feminicídio sob a ótica do homicídio de mulheres no estado de Roraima**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Roraima, Boa vista, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Andrade's%20HOUSE/Downloads/MONOGRAFIA%20-%20FEMINICIDIO%20ADAHRA.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum**, Brasília, ano 22, n.43, p. 85-98 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a06.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- MOREIRA, Vitória Sacramento. Migrações Femininas e a Nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova lei. **Cadernos de Gênero e Sexualidade**, Salvador, v. 5, n.4, p.51- 67, 2018.

NIEGRAY, João Alfredo Lopes. **Venezuela da riqueza dos petrodólares ao desastre humanitário**. Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.centralpress.com.br/artigo-venezuela-da-riqueza-dos-petrodolares-ao-desastre-humanitario/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Qual a diferença entre refugiados e migrantes**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>. Acesso em: 11 mar. 2020.

PEREIRA, Giselda Fernanda. O português como língua de acolhimento e interação: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil. **Cadernos de Letras**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 118-134, 2017.

POLITIZE. **Crise na Venezuela**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-na-venezuela/#toggle-id-1>. Acesso em: 26 jun. 2019.

RIBEIRO, Fabiana Feliz; MARTELETO, Regina Maria. A Configuração das Redes Sociais de Suporte a Pessoas com Câncer: um Olhar sob o Prisma da Informação e Comunicação em Saúde. **Rev. Brasileira.De.Cancerologia**, Rio de Janeiro, p. 77- 85, 2018 Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/121>

ROA, Alejandra Carrilho. Sistema de salud en Venezuela: ¿un paciente sin remedio?. **Cadernos de saúde pública**, Lisboa, p. 1 - 15, 2018.

SATO, Miki Takao; BARROS, Denise Dias. Cultura, mobilidade e direitos humanos: reflexões sobre terapia ocupacional social no contexto da política municipal para população migrante. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n.1, p.91- 103, 2016.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup.** São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr, 2010.

SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli Marlene Moraes. Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: A dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do ACNUR no combate a essa violência. **Revista Signos**, Lajedo, ano 37, n.2, p. 216 – 234, 2016.

WALDELY, Aryadne Bittencourt; VIRGENS, Bárbara Gonçalves das and ALMEIDA, Carla Miranda Jordão de. Refúgio e realidade: desafios da definição ampliada de refúgio à luz das solicitações no Brasil. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum**, Brasília, v. 22, n. 43, p.117-131, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880004308>.

ANEXO I – Roteiro da Entrevista**A COMPOSIÇÃO DAS REDES SOCIAIS DE SUPORTE DE MULHERES
REFUGIADAS VENEZUELANAS: UM OLHAR ACERCA DAS TRAJETÓRIAS E
RELAÇÕES****Departamento de Terapia Ocupacional – UFPB****Geyce Hellen Xavier Apolinário e Beatriz Prado Pereira****ROTEIRO DE ENCONTRO E ENTREVISTA**

Os objetivos do estudo são compreender como se configuram as redes sociais de suporte das mulheres refugiadas venezuelanas, identificar os desafios encontrados em sua trajetória, além de discutir acerca das dificuldades de inserção na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Siglas do Nome:

Idade:

Cidade e país de origem:

Profissão (Venezuela):

TRAJETÓRIA DE VIDA E REFUGIO: SAÍDA E CHEGADA

- Discorra sobre como quais as maiores dificuldades encontradas no percurso de seu país de origem até o Brasil;
- Conte como foi o processo de saída da Venezuela;
- Conte como foi o processo de chegada no Brasil;
- Conte como se deu o processo de chegada em João Pessoa/PB;
- Comente quais eram as expectativas de saída da Venezuela e chegada do Brasil;
- O que você faz no dia-a-dia no Brasil?

DIFICULDADES E BARREIRAS ENCONTRADAS NA SITUAÇÃO DE REFÚGIO

- Discorra sobre quais são as maiores dificuldades encontradas aqui no Brasil;
- Como é a relação com os brasileiros?
- Quais os espaços que você frequenta?
- Quais relações interpessoais foram formadas ao chegar na Cidade de João Pessoa?

- De que forma essas relações interpessoais te ajudam?
- Descreva quais foram os apoios que obteve ao chegar no Brasil?
- Como é sua relação com os serviços de saúde e assistência social? Eles são ofertados?
- Como está sua relação com a família?
- Como sua família te apoia?
- Com quem você pode “contar” aqui em João Pessoa?
- O que a cidade oferece de projetos para você?
- Como é circular nas ruas e utilizar dos espaços da cidade? Sente algum tipo de rejeição por ser mulher e refugiada?

MERCADO DE TRABALHO

- Descreva se foi possível ou não fazer o exercício de sua profissão no Brasil e por quê?
- Foi ofertado algum tipo de ensino profissionalizante?
- Como se deu a busca por emprego em João Pessoa?
- Conseguiu algum tipo de trabalho? Se sim, qual?
- Descreva sobre como é a qualidade do seu trabalho?
- Sente algum tipo de discriminação no trabalho por ser mulher e Refugiada?

ANEXO II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a “A Composição das redes sociais de suporte de mulheres refugiadas venezuelanas: Um olhar acerca das trajetórias e relações”, está sendo desenvolvida pela pesquisadora Geyce Hellen Xavier Apolinário aluna do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Prado Pereira.

Os objetivos do estudo são compreender como se configuram as redes sociais de suporte das mulheres refugiadas venezuelanas, identificar os desafios encontrados em sua trajetória, além de discutir acerca das dificuldades de inserção na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a identificação das redes sociais de suporte, proporcionando assim uma percepção individual e coletiva das relações sociais. A pesquisa propiciará também uma maior compreensão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres refugiadas, além de reflexões e discussões, tanto dos participantes quanto dos pesquisadores e leitores acerca do assunto e das problemáticas que perpassam esse público.

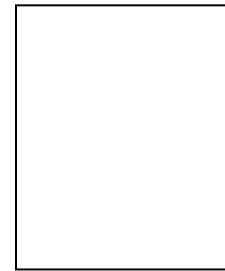
Solicitamos a sua colaboração para uma entrevista semiestruturada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos mínimos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal



Espaço para impressão
dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato das Pesquisadoras Responsáveis:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para as pesquisadoras: Geyce Hellen Apolinario : (081) 989038803/ E-mail: geyce.apolinario@gmail.com ou Beatriz Pereira (83) 32167996 / E-mail: biapradop@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I -
Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante